



PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS – CONCEDENTE				
Órgão/Entidade: Secretaria de Estado do Meio Ambiente			CNPJ: 05.562.326/0001-26	
Endereço: Av. Mario Ypiranga, n.º 3280, Parque Dez de Novembro, Manaus/AM				
Cidade: Manaus	UF: AM	CEP: 69.050-030	DDD/telefone:	E-mail: gabinete@sema.am.gov.br
Nome do responsável: Eduardo Costa Taveira				
C.I./Órgão Expedidor		Função		
[REDACTED]		Secretário de Estado do Meio Ambiente		

2. DADOS CADASTRAIS – PROPONENTE – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (não omita ou abrevie nomes)				
Órgão/Entidade: Associação Conservação da Vida Silvestre – WCS Brasil			CNPJ: 06.272.720/0001-92	
Endereço: Rua Costa Azevedo 9, sala 403, Centro				
Cidade: Manaus	UF: AM	CEP: 69.083-410	DDD/telefone: 92 982460002	
Nome do responsável da OSC: Carlos César Durigan			CPF: [REDACTED]	
Função: Diretor				

3. RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EXECUÇÃO DO OBJETO (não omita ou abrevie nomes)				
Nome do Responsável Técnico: Carlos César Durigan			Escolaridade: Pós-Graduação	
Endereço: Rua Costa Azevedo 9, sala 403, Centro				
Cidade: Manaus	UF: AM	CEP: 69.083-410	DDD/telefone: 92 991162509	
E-mail: cdurigan@wcs.org				

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO	
OBJETO DO TERMO:	O presente 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica N.º 004/2022 tem como objeto o reajuste de cláusulas e alterações no Plano de Trabalho referentes à mútua cooperação entre a WCS Brasil e a SEMA/AM para a implementação do Projeto Putumayo-Içá.
TÍTULO DO PLANO:	Projeto Manejo Integrado da Bacia do Rio Putumayo-Içá.
PÚBLICO-ALVO:	Comunidades ribeirinhas e indígenas Pescadores e pescadoras em áreas de acordo de pesca Populações usuárias de recursos aquáticos
VIGÊNCIA:	O presente 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica N.º 004/2022 não altera a vigência estabelecida no Termo primitivo.
INICIO PREVISTO:	Fevereiro de 2023



TÉRMINO PREVISTO:	Junho de 2027
DETALHAMENTO DO OBJETO:	Aditivar o Acordo de Cooperação Técnica N.º 004/2022 com o objetivo de fortalecer as condições que permitam aos países participantes (Brasil, Peru, Colômbia e Equador) manejar ecossistemas de água doce compartilhados na bacia do rio Putumayo-Içá, na Amazônia.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A Wildlife Conservation Society - WCS, é uma organização global, fundada em 1895, que tem como missão a preservação da vida silvestre e de paisagens naturais através da ciência, ações de conservação, educação e sensibilização das pessoas sobre o valor da natureza. Tem em torno de 500 projetos em mais de 60 países, quatro continentes e em todos os oceanos do mundo. A WCS começou a atuar no Brasil no início da década de 70, realizando estudos pontuais sobre onças-pintadas. Durante essa época, a instituição organizou diversas expedições investigativas sobre a vida silvestre na Amazônia e no Pantanal que resultaram em projetos de conservação de várias espécies nestas regiões. Nos anos 80 e 90 a WCS expandiu suas atividades no Brasil e o seu trabalho contribuiu para que a UNESCO reconhecesse como Reserva da Biosfera um mosaico de áreas protegidas na Amazônia Central, e para o estabelecimento da primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável da região, a RDS Mamirauá, que hoje serve de modelo na área de conservação ambiental.

Em 2004, a Associação Conservação da Vida Silvestre, ou WCS Brasil, foi oficialmente fundada no país como uma entidade civil brasileira, independente e organizada para fins não econômicos, dotada de personalidade jurídica autônoma com atuação nos biomas Pantanal e Amazônia. Desde então a estratégia no Brasil é baseada na identificação de problemas críticos de conservação e no desenvolvimento de soluções científicas e voltadas para a comunidade, que beneficiem paisagens naturais, a fauna silvestre e as populações humanas.

A parceria formal com a SEMA é fundamental para o alcance da nossa missão institucional e também dos objetivos da política ambiental do Amazonas e do Brasil. Para isso, propomos neste plano de trabalho desenvolver as seguintes metas:

O Projeto Manejo Integrado da Bacia do Rio Putumayo-Içá (Projeto Putumayo-Içá) conta com o apoio técnico do Banco Mundial (agência implementadora) e deverá contar com o financiamento do Fundo Global para o Meio ambiente (GEF). A Wildlife Conservation Society (WCS) é a agência executora, responsável pela realização das do projeto. O Projeto Putumayo-Içá está em fase de construção com previsão de implementação no primeiro semestre de 2022 com duração de 5 anos, até 2027. O objetivo do projeto é apoiar os quatro países que compõem a bacia (Peru, Equador, Colômbia e Brasil) a aprimorarem suas condições de fazer a gestão desse território com foco na mitigação de impactos por contaminação da água, gestão de conhecimento, melhoria dos sistemas de governança e apoio a cadeias de valor de recursos aquáticos. Os governos nacionais do Peru, Colômbia e Equador, e o Estrado do Amazonas, no Brasil, são os pontos focais para esta iniciativa.



6. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

O rio Putumayo-Içá é o 10º afluente mais longo do rio Amazonas, com uma contribuição global na biodiversidade e serviços ecossistêmicos significativos. O rio Putumayo-Içá cobre 118.000 km² ao longo de aproximadamente 2.000 km e representa aproximadamente 1,7 por cento da bacia amazônica. A drenagem do Putumayo-Içá inclui a Colômbia, Equador, Peru, e a jusante, Brasil, onde deságua no rio Amazonas (Solimões, como é conhecido nesse trecho) no estado do Amazonas.

O Putumayo-Içá serve como um corredor que liga ecossistemas chave bem conservados (90 por cento de florestas intactas e menos de 1 por cento de perda de cobertura arbórea nos últimos 18 anos) desde suas cabeceiras na Cordilheira dos Andes passando por uma teia intrincada de rios, lagos, e florestas inundadas nas planícies baixas até sua foz, com uma grande variedade de micro habitats capazes de sustentar a diversidade biológica e cultural e os serviços ecossistêmicos da região. Dos grandes rios Andes-Amazônia, o Putumayo-Içá é o único susceptível de permanecer como rio de fluxo livre, considerando que não existem planos para a construção de grandes hidroelétricas.

Setenta e cinco por cento da bacia está localizada em territórios indígenas, áreas de conservação/PA, ou áreas propostas para conservação. A bacia é rica em peixes (400-600 espécies), anfíbios, répteis, aves e mamíferos, destacando-se como um dos locais mais diversificados de toda a bacia do Amazonas. No Brasil, no Rio Içá, são seis Terras Indígenas e outros territórios em fase de estudos para seu reconhecimento.

A bacia Putumayo-Içá inclui também algumas das comunidades mais remotas e economicamente subdesenvolvidas com a mais baixa densidade populacional, incluindo 18 Povos Indígenas, bem como comunidades não indígenas, camponesas e ribeirinhas. No Brasil, principalmente, tem a menor densidade populacional de toda a bacia com aproximadamente 5 hab/km². Nesta região a presença do estado é mínima, evidenciada por deficiências no fornecimento e manutenção de serviços básicos para as comunidades e vilas da região.

A pesca e a agricultura são importantes fontes de renda para as comunidades ribeirinhas da porção baixa da bacia, principalmente no estado do Amazonas, enquanto a criação de gado, a exploração mineira e a exploração madeireira ocorrem particularmente nas porções média e alta da bacia. Estas atividades contribuem significativamente para a economia local e têm impulsionado mudanças na cobertura da terra e na qualidade da água. A subsistência gira em torno da pesca, caça, madeira e produtos florestais não madeireiros (NTFP), e agricultura, enquanto que a mineração artesanal ilegal e as culturas ilícitas, principalmente por imigrantes para a bacia hidrográfica, são atividades em crescimento. Os solos altamente corrosivos e de baixo teor de nutrientes de grandes áreas da bacia hidrográfica tornam improvável uma agricultura em grande escala. No entanto, a produção sustentável de NTFP é uma alternativa potencial com benefícios socioeconômicos e relativamente com menos impactos nos ecossistemas, mas que não foi suficientemente desenvolvida e ampliada.

O Projeto Putumayo-Içá irá abordar três fatores principais para as ameaças de desmatamento, poluição da água e perda de biodiversidade, com o objetivo de manter o seu elevado estado de conservação. O primeiro



relaciona-se com a baixa importância pela complexidade biológica, cultural e espacial da dinâmica dos ecossistemas de água doce no planejamento e na tomada de decisões de gestão a nível jurisdicional. Em segundo lugar, práticas insustentáveis e não reguladas de recursos naturais estão ameaçando o bom estado de conservação da bacia. Por exemplo, devido à pesca excessiva, espécies anteriormente comuns de peixes consumidos pela população local no Putumayo-Içá são agora escassas. Além disso, a pesca não regulamentada entre os países resulta em má gestão a nível regional que afeta particularmente as espécies de peixes migratórios. A mineração ilegal utiliza mercúrio que contamina o solo e a água. Práticas insustentáveis e não regulamentadas de extração de petróleo contaminam a água com hidrocarbonetos totais de petróleo (TPH). Além disso, o uso insustentável de agrotóxicos, o uso indiscriminado de produtos farmacêuticos na pecuária e a falta de sistemas adequados de gerenciamento de resíduos contribuem para a contaminação da água. Como terceiro fator, as mudanças na variabilidade e sazonalidade devido às mudanças climáticas aumentam as ameaças e sua severidade. Eventos climáticos extremos mais frequentes afetariam a complexa dinâmica hidrológica e a resiliência ecológica e o bem-estar socioeconômico da bacia hidrográfica. O aumento da temperatura da água e a diminuição do oxigênio dissolvido, por exemplo, poderiam reduzir a capacidade de auto-purificação que afeta as populações animais. Além disso, os períodos de seca têm aumentando o risco de incêndios subterrâneos nas turfeiras com impactos ecológicos severos e emissões de carbono.

Para enfrentar as ameaças ambientais regionais e seus vetores, o Projeto apoiará atividades que visem superar as seguintes barreiras: (a) informações limitadas, fragmentadas e inacessíveis para apoiar a tomada de decisões para o manejo integrado de recursos hídricos (MIRH); (b) perda e sub-representação do conhecimento tradicional na tomada de decisões e sistemas de governança enfraquecidos; (c) baixa governança para o MIRH regional; (d) informações insuficientes e implementação de modelos para a mitigação dos impactos da poluição sobre os ecossistemas sociais; e (e) oportunidades, incentivos e capacidades insuficientes para desenvolver atividades produtivas sustentáveis e equitativas de recursos naturais e cadeias de valor. Considerando que muitas das ameaças e motivações que afetam a bacia estão interligadas, cruzam fronteiras e têm um efeito influenciador e às vezes cumulativo ao longo dos cursos d'água da bacia, a abordagem eficaz para enfrentá-las exigirá uma abordagem de MIRH de vários países. Vários fatores e barreiras estão além do controle proposto para o projeto, mas ele abordará os desafios priorizados através de uma gama de intervenções em nível regional e nacional, e promoverá a colaboração para aumentar as sinergias. Ao aumentar o conhecimento sobre a bacia e torná-la acessível aos principais interessados para a tomada de decisões, fortalecendo as estruturas de governança e as atividades-piloto para tratar de questões-chave e impactos em torno da contaminação da água, bem como sistemas produtivos sustentáveis, o Projeto fortalecerá as condições necessárias para que os países participantes conservem e gerenciem a bacia compartilhada e promovam a gestão integrada. A melhoria da capacidade dos países participantes de proteger a bacia e sua alta biodiversidade garante o fornecimento de serviços ecossistêmicos, que são a base para o desenvolvimento e a qualidade de vida de seus habitantes. Um estudo recente também destacou a importância de conservar áreas intocadas na Amazônia, de modo a manter os baixos níveis de risco de alastramento da região para futuras pandemias.



O Brasil é o único país dentro do projeto que tem uma representação sub-nacional, o estado do Amazonas, o que confere um papel de destaque de articulação regional e junto a organismos como o Banco Mundial e o GEF.

O projeto será executado pela WCS em coordenação com os Ministérios do Meio Ambiente da Colômbia, Equador e Peru e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas (SEMA/AM) no Brasil. O projeto contará com a participação ativa de outras agências públicas nacionais e subnacionais relevantes e de Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

A estrutura de governança do Projeto compreende: (a) o Comitê Diretor Regional (*Regional Steering Committee* – RSC) como a mais alta autoridade decisória, encarregado da supervisão geral e direção do projeto e composto pelos Ministérios do Meio Ambiente dos países participantes e SEMA (representado pelo Ministro ou seu delegado e o Ponto Focal Operacional do GEF) e WCS; (b) o Comitê Técnico (*Technical Committee* - TC) que dará orientação estratégica e técnica para a tomada de decisões do projeto e será composto por representantes das unidades científicas/técnicas dentro das entidades governamentais cuja jurisdição se sobrepõe à bacia Putumayo-Içá e com as quais serão assinados acordos interinstitucionais para apoiar seu papel como entidades executoras parceiras; e (c) a Unidade de Gestão e Apoio ao Projeto (*Project Management and Support Unit* - PMU) que responderá ao RSC e será responsável pela gestão operacional, técnica e administrativa do projeto com estrutura nos escritórios da WCS nos países do projeto.

7. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Fortalecer as condições que permitam aos países participantes (Brasil, Peru, Colômbia e Equador) manejar ecossistemas de água doce compartilhados na bacia do rio Putumayo-Içá, na Amazônia.

8. METAS E ETAPAS A SEREM ATINGIDAS

Meta 1. Formulação do Projeto Manejo Integrado da Bacia do Rio Putumayo-Içá

Etapa 1.1 – Construção detalhada da proposta junto à SEMA.

Etapa 1.2 – Implementação do projeto.

Etapa 1.3 – Socialização de resultados e encerramento do projeto.

Parceiros: Banco Mundial, GEF, SEPROR, IDAM, IPAAM SEDECTI, ANA, MAPA, MMA, UFAM, UEA, Prefeitura de Santo Antônio do Içá, organizações indígenas, associações locais.

Meta 2 – Fortalecer a governança e a capacidade para informar a tomada de decisões

Etapa 2.1 - Gestão do conhecimento tradicional e científico para informar a tomada de decisões.

Etapa 2.2 - Fortalecimento da governança multinível, com diversos setores interessados.

Meta 3 – Fortalecer as intervenções estratégicas

Etapa 3.1 – Mitigação dos impactos da contaminação que afetam as águas da Bacia e seus recursos.
Etapa 3.2 – Produção sustentável apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META e AÇÃO) (Inserir linhas quantas forem necessárias.)

Meta	Etapa	Ação	Indicador físico		Duração (MÊS/ANO)	
			Unid. Medida	Quant.	Início	Término
1	Etapa 1 – Construção detalhada da proposta junto à SEMA.	1.1.1 Reuniões virtuais e presenciais (de acordo às condições impostas pelo controle da pandemia de COVID-19) para construção, aprimoramento e socialização dos documentos do projeto	Reuniões	10	Em curso	Abril/22
1	Etapa 2 – Implementação do projeto.	1.2.1 Implementação das ações do projeto na bacia do rio Içá, no estado do Amazonas			Junho/22	Junho/27
1	Etapa 3 – Socialização de resultados e encerramento do projeto.	1.3.1 Elaboração de documentos técnicos e ações de divulgação de resultados			Mai/26	Junho/27
2	Etapa 1. Gestão do conhecimento tradicional e científico para infirmar a tomada de decisões	2.1.1 Desenhar uma Estratégia de Gestão do Conhecimento tradicional e científico.			Junho/22	Junho/27
		2.1.2 Coleta, sistematização e análise do conhecimento tradicional e científico relevante para a promoção do MIRH.			Junho/22	Junho/27
		2.1.3 Realização de pesquisas por e para os povos indígenas.			Junho/22	Junho/27
		2.1.4 Estabelecimento de um repositório regional de dados e conhecimentos para informações relacionadas a projetos e interoperabilidade com outras plataformas existentes.			Junho/22	Junho/27
		2.1.5 Realização de eventos de troca de conhecimentos.			Junho/22	Junho/27

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META e AÇÃO) <i>(Inserir linhas quantas forem necessárias.)</i>						
Meta	Etapa	Ação	Indicador físico		Duração (MÊS/ANO)	
			Unid. Medida	Quant.	Início	Término
2	Etapa 2. Fortalecimento da governança multinível, com diversos setores interessados.	2.2.1 Criação e fortalecimento de novos e existentes grupos de trabalho temáticos multissetoriais e regionais.			Junho/22	Junho/27
		2.2.2 Concepção, facilitada pelos grupos de trabalho, de um plano de ação estratégico regional para a bacia.			Junho/22	Junho/27
		2.2.3 Assistência técnica para promover considerações gerais de MIRH no planejamento territorial e nas práticas, políticas e programas setoriais.			Junho/22	Junho/27
		2.2.4 Atividades para avançar na implementação de acordos multinacionais relevantes incluindo as Convenções de Minamata e Estocolmo, bem como acordos binacionais/trinacionais para o manejo harmonizado de áreas de conservação.			Junho/22	Junho/27
3	Etapa 1 – Mitigação dos impactos da contaminação que afetam as águas da Bacia e seus recursos.	3.1.1 Formação de capacidades para reduzir ou eliminar contaminantes nas fontes.			Junho/22	Junho/27
		3.1.2 Fortalecer os sistemas de prevenção e resposta para contingências.			Junho/22	Junho/27
		3.1.3 Atividades de apoio para a remediação/restauração em pequena escala do passivo ambiental.				
3	Etapa 2 – Produção sustentável apoio ao uso sustentável e equitativo dos	3.2.1 Promover práticas de gestão sustentável e melhorar as cadeias de valor comercial para recursos hidrobiológicos selecionados em sítios piloto.			Junho/22	Junho/27

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META e AÇÃO) <i>(Inserir linhas quantas forem necessárias.)</i>						
Meta	Etapa	Ação	Indicador físico		Duração (MÊS/ANO)	
			Unid. Medida	Quant.	Início	Término
	recursos naturais.					

10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS *(Inserir linhas quantas forem necessárias.)*

<p>Meta 1. Etapa 1. Ação 1.1.1 Reuniões virtuais e presenciais (de acordo às condições impostas pelo controle da pandemia de COVID-19) para construção, aprimoramento e socialização dos documentos do projeto</p>	<p>A construção do Projeto Putumayo-Içá iniciou em 2019, sendo realizadas consultas a especialistas e representantes de governos para a definição das primeiras versões do detalhamento do projeto ao longo de 2020 e início de 2021 de forma virtual por conta das restrições impostas pela pandemia de COVID-19 (cuencaputumayoica.com). A SEMA é o ponto focal do Brasil na construção do projeto e participa de todas as etapas de discussão do projeto. Considerando a melhoria dos indicadores da pandemia e do avanço da vacinação esta etapa de socialização da proposta com parceiros institucionais e comunidades locais e indígenas vem sendo realizada de forma presencial, seguindo ainda protocolos indicados em cada região, até o primeiro trimestre de 2022 e, dependendo das necessidades, ao longo do primeiro ano de implementação. A socialização consiste na apresentação do projeto e do processo de socialização, usando ferramentas metodológicas adequadas. Após esta parte é seguido um tempo para realizar levantamentos de retroalimentação que podem ser importantes à melhoria da proposta e o estabelecimento de encaminhamentos.</p>
<p>Meta 1. Etapa 2. Ação 1.2.1 Implementação das ações do projeto na bacia do rio Içá, no estado do Amazonas</p>	<p>O projeto deve iniciar suas atividades no primeiro semestre de 2022 implementado em 5 anos, até 2027. As ações estão concentradas em quatro temas: gestão de conhecimento para a tomada de decisões informada, fortalecimento da governança em diferentes níveis, implementação de pilotos para mitigação de impactos por contaminação da água por mercúrio e outros contaminantes e a implementação de iniciativas de cadeias de valor e produção sustentável.</p>
<p>Meta 1 Etapa 3 Ação 1.3.1 Elaboração de documentos técnicos e ações de divulgação de resultados</p>	<p>Ao final do projeto é esperado que o Governo do Amazonas, através da SEMA e outras secretarias e autarquias, melhore as capacidades de implementar ações de manejo integrado de bacias. As experiências e resultados do projeto serão sistematizadas e disponibilizadas aos beneficiários para orientar a tomada de decisões para o bom manejo da bacia e de seus recursos naturais</p>
<p>Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.1 Desenhar uma Estratégia de Gestão do Conhecimento tradicional e científico.</p>	<p>Com base em um modelo conceitual serão identificadas variáveis-chave conducentes ao MIRH, lacunas de informação a serem preenchidas para as variáveis identificadas, protocolos nacionais para princípios de gerenciamento e harmonização de informações, e direitos de propriedade e acesso às informações produzidas pelo Projeto. O projeto também incorporará considerações que refletem o respeito à autoridade e propriedade dos Povos Indígenas de seus conhecimentos e tradições. Em geral, o projeto e a implementação desta estratégia serão altamente participativos, apoiarão o fortalecimento dos sistemas existentes em nível nacional e</p>



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS <i>(Inserir linhas quantas forem necessárias.)</i>	
	reconhecerão os contextos multicultural, multi-geracional, multi-stakeholder e multi-nacional.
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.2 Coleta, sistematização e análise do conhecimento tradicional e científico relevante para a promoção do MIRH.	O Projeto apoiará estudos regionais participativos e multidisciplinares baseados em uma análise de lacunas de conhecimento necessárias para a implementação das atividades do Projeto. Além disso, a metodologia de Análise Diagnóstica Transfronteiriço desenvolvida pelo GEF IWLearn será consultada para identificar informações adicionais faltantes necessárias para a análise dos problemas transfronteiriços abordados pelo Projeto. Alguns dos estudos podem incluir aqueles que valorizam os serviços dos ecossistemas das bacias hidrográficas, relatórios sobre a situação biológica dos sistemas fluviais, bem como a dinâmica da poluição da água e de outros recursos relacionados por mercúrio e outros contaminantes (incluindo os níveis de poluição, os fatores de poluição, os fluxos comerciais e os impactos ambientais e socioeconômicos). Em relação ao mercúrio, as metodologias de coleta de dados serão alinhadas com as diretrizes definidas pela Convenção de Minamata. A coleta e análise de dados incluirá consultorias específicas, bem como mecanismos de participação da comunidade.
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.3 Realização de pesquisas por e para os povos indígenas.	O Projeto oferecerá uma oportunidade aos Povos Indígenas de conduzir processos para os quais o conhecimento ancestral tradicional será recuperado, compartilhado e validado para sua própria tomada de decisão de forma a seguir suas próprias necessidades, normas, metodologias e objetivos. O uso e a disseminação do conhecimento tradicional serão determinados com as comunidades locais e indígenas.
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.4 Estabelecimento de um repositório regional de dados e conhecimentos para informações relacionadas a projetos e interoperabilidade com outras plataformas existentes.	Os dados, informações e conhecimentos compilados, gerados e trocados pelo projeto serão cruzados com as plataformas e mecanismos de compartilhamento de conhecimento relevantes existentes (por exemplo, sistemas de informação governamentais nacionais e subnacionais, IWLearn do GEF, centros de pesquisa de países, entre outros). O projeto apoiará o fortalecimento dos sistemas nacionais selecionados existentes para garantir a interoperabilidade e o acesso às informações produzidas pelo projeto. O Projeto também fornecerá suporte tecnológico, assistência para harmonização de protocolos e orientação para interoperabilidade com instituições relevantes.
Meta 2 Etapa 1 Ação 2.1.5 Realização de eventos de troca de conhecimentos.	O projeto apoiará atividades de intercâmbio de conhecimento - além das fronteiras nacionais dentro da bacia hidrográfica e dentro de comunidades específicas - para compartilhar experiências e lições aprendidas, fortalecendo a capacidade dos beneficiários do projeto.
Meta 2 Etapa 2 Ação 2.2.1 Criação e fortalecimento de novos e existentes grupos de trabalho temáticos multissetoriais e regionais.	O Projeto ajudará as comunidades indígenas e ribeirinhas, assim como instituições locais, autoridades ambientais, organizações, setor público e instituições de pesquisa a se organizar e se reunir periodicamente para discutir, em grupos de trabalho, desafios comuns e tomar decisões informadas para o MIRH regional. O Projeto não apenas criará tais grupos de trabalho, mas apoiará os grupos temáticos multissetoriais e regionais existentes para chegar a acordos, conduzir o planejamento do uso da terra e coordenar ações sobre temas relevantes como gestão da pesca, poluição da água e gestão de áreas protegidas, entre outros. A promoção do diálogo e



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS <i>(Inserir linhas quantas forem necessárias.)</i>	
	acordos com múltiplos interessados (incluindo as principais agências governamentais de gestão de AP, pesca, mineração/energia, setores agrícolas, bem como o setor privado) através de grupos temáticos será propícia para desbloquear mais investimentos setoriais, bem como para abrir as oportunidades para capacitar as vozes dos Povos Indígenas, mulheres e jovens nos processos de tomada de decisão em diferentes escalas.
Meta 2 Etapa 2 Ação 2.2.2 Concepção, facilitada pelos grupos de trabalho, de um plano de ação estratégico regional para a bacia.	Promoção de um processo participativo envolvendo comunidades e governos locais, assim como instituições públicas e privadas de múltiplos setores de desenvolvimento, para definir uma visão comum para a bacia resultará em um plano de ação estratégico. Ao apoiar um plano altamente participativo onde as vozes das comunidades locais são ouvidas, assim como as do público multisetorial e das OSCs dos quatro países, o Projeto garantirá a propriedade e o compromisso das partes interessadas. O plano de ação estratégico acordado para a bacia também será incorporado aos planos gerais da bacia amazônica. O processo será adaptado de acordo com o contexto específico e o progresso alcançado até agora para a bacia, mas incorporará elementos da metodologia projetada pelo GEF. Como parte do desenho do plano de ação, o Projeto apoiará avaliações mais detalhadas das estruturas legais, institucionais e políticas e instrumentos de planejamento conducentes ao MIRH, de modo a preparar propostas de harmonização das estruturas legais e políticas para permitir a gestão compartilhada (por exemplo, no uso sustentável de espécies-chave e protocolos de gestão de áreas protegidas). A harmonização proposta será alinhada com e considerará e respeitará a regulamentação local. A institucionalização do plano de ação também será apoiada pelo envolvimento de representantes das relações exteriores.
Meta 2 Etapa 2 Ação 2.2.3 Assistência técnica para promover considerações gerais de MIRH no planejamento territorial e nas práticas, políticas e programas setoriais.	Apoio a acordos setoriais para o uso sustentável dos recursos hídricos na bacia hidrográfica. Através de assistência técnica, serão fornecidas recomendações e diretrizes ambientais para a adoção de melhores práticas de gestão em indústrias específicas que são fonte de contaminantes. Além disso, o projeto promoverá o desenvolvimento de diretrizes e informações para fortalecer o planejamento ambiental territorial a fim de incorporar elementos da abordagem regional integrada dos recursos hídricos, bem como aumentar a capacidade de aplicar as estruturas normativas para acabar com as práticas ilegais e insustentáveis em áreas-chave. O diálogo reconhecerá o planejamento existente do uso da terra e da água em diferentes níveis (municipal, estadual e federal) para que a visão comum seja construída sobre esses processos, mas também para melhorá-los sob uma abordagem integrada. Esta assistência técnica incluirá apoio aos PGTAs a serem projetados ou implementados conforme determinado e projetado pelos povos indígenas.
Meta 2 Etapa 2 Ação 2.2.4 Atividades para avançar na implementação de acordos multinacionais relevantes incluindo as Convenções de	O projeto fortalecerá a governança ao apoiar a implementação de acordos multinacionais relevantes, incluindo as Convenções de Minamata e Estocolmo, o Plano de Ação Pucallpa 2019 e o Pacto de Leticia 2019 para a gestão ambiental regional, entre outros, e especialmente os acordos binacionais/trinacionais que envolvem a



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS <i>(Inserir linhas quantas forem necessárias.)</i>	
Minamata e Estocolmo, bem como acordos binacionais/trinacionais para o manejo harmonizado de áreas de conservação.	colaboração entre mais de um dos países participantes, incluindo as áreas de conservação vizinhas.
Meta 3 Etapa 1 Ação 3.1.1 Formação de capacidades para reduzir ou eliminar contaminantes nas fontes.	Promover a adoção de melhores práticas em setores-chave como petróleo e gás, agricultura, e gestão de resíduos e águas residuárias; fornecer assistência técnica; fortalecer esforços conjuntos (apoio a existência de acordos multilaterais) das autoridades ambientais para prevenção e controle da contaminação (incluindo vigilância, trabalho comunitário e treinamento em assuntos relacionados à poluição da água e seus impactos); atividades de capacitação institucional; e fortalecer as autoridades responsáveis pela aplicação da lei para a proteção dos recursos naturais. Existem instrumentos técnicos juridicamente vinculativos, tais como estudos de impacto ambiental, planos de gestão e planos de contingência que exigem que as empresas previnam, reduzam e mitiguem os efeitos da poluição, além da legislação ambiental existente. Dito isto, o Projeto contribuirá fornecendo assistência técnica para incentivar práticas e recomendações melhoradas (em nível de política para descargas, monitoramento comunitário, soluções baseadas na natureza para tratamento de água, entre outros), de modo a incorporar considerações de gestão integrada em suas operações. O Projeto explorará a concepção de pagamentos por serviços ambientais ou mecanismos de compensação.
Meta 3 Etapa 1 Ação 3.1.2 Fortalecer os sistemas de prevenção e resposta para contingências.	Promover o diálogo multissetorial e acordos com empresas envolvidas com indústrias geradoras de contaminantes, bem como implementar sistemas piloto de alerta rápido tanto para contingências ambientais quanto para mudanças mais discretas na qualidade da água. O sistema de alerta rápido será projetado e pilotado através de duas estratégias. A primeira será projetada para identificar rapidamente (pela cor, odor e outras características facilmente identificáveis através dos sentidos e/ou variáveis básicas da água) contingências ou eventos tais como derramamentos de petróleo ou produtos químicos que alteram abruptamente a qualidade da água e afetam a disponibilidade de recursos aquáticos para as comunidades locais. A identificação de contingências na água deve desencadear a comunicação com as comunidades locais, órgãos regionais de gestão de emergência e autoridades ambientais, e espera-se que estes, por sua vez, iniciem planos de contingência e priorizem a atenção às comunidades locais localizadas a jusante. A segunda linha de ação será projetada para permitir que as comunidades locais identifiquem mudanças na qualidade da água usando equipamento básico de detecção de baixo custo, baixa manutenção e confiável e protocolos de monitoramento participativo. O subcomponente apoiará atividades para assegurar que o sistema de alerta precoce informe prontamente as agências para agir e permitir atividades de resposta apropriadas.
Meta 3 Etapa 1 Ação 3.1.3	A remediação/restauração será implementada através de subprojetos, que serão selecionados ao longo de um processo seletivo. Estes subprojetos também atuarão como treinamento



10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES/METAS *(Inserir linhas quantas forem necessárias.)*

<p>Atividades de apoio para a remediação/restauração em pequena escala do passivo ambiental.</p>	<p>prático de campo de tecnologias que, por sua vez, gerarão lições a serem compartilhadas com um público mais amplo. Critérios específicos para seleção de subprojetos serão incorporados ao Manual de Operações do Projeto (MOP), que incluirá viabilidade técnica e financeira; riscos ambientais baixos ou moderados e medidas de mitigação apropriadas; envolvimento das comunidades locais (desde a concepção até a implementação e monitoramento), com sensibilidade cultural e de gênero; inclusão de componentes de capacitação para as comunidades locais e autoridades relevantes; adequação do plano de monitoramento; e escalabilidade para outros locais na bacia hidrográfica. O subprojeto selecionado se baseará nos esforços, experiência e conhecimento existentes de múltiplas instituições ou consórcios, vários dos quais criaram a Aliança Amazônica para a Redução dos Impactos da Mineração de Ouro. Será fornecida assistência técnica para identificar soluções inovadoras e tecnológicas. Um menu de alternativas de baixo custo e ambientalmente corretas baseado em pesquisas recentes sobre novos materiais e tecnologias para a remediação do mercúrio será compilado para facilitar a seleção dos subprojetos. Finalmente, o Projeto apoiará campanhas de conscientização para ambas as comunidades da Amazônia, para responder e prevenir a contaminação, e para um público mais amplo em relação aos impactos da contaminação por mercúrio e em relação ao consumo de ouro sem mercúrio.</p> <p>Finalmente, e cruzando todas as dimensões, as comunicações e campanhas de conscientização serão incorporadas à estratégia e conduzidas no Projeto. O trabalho com empresas do setor privado e consumidores envolvidos na cadeia do ouro pode facilitar a conscientização para a bacia de Putumayo-Içá como uma zona de interdição à mineração.</p>
<p>Meta 3 Etapa 2 Ação 3.2.1 Promover práticas de gestão sustentável e melhorar as cadeias de valor comercial para recursos hidrobiológicos selecionados em sítios piloto.</p>	<p>O projeto apoiará através de subprojetos o estabelecimento e fortalecimento de planos de manejo sustentável e cadeias de valor para espécies de peixes selecionados, quelônios de água doce e produtos florestais não-madeireiros PFMNs. O manejo sustentável dos recursos priorizados será orientado por planos de manejo que serão projetados, fortalecidos e implementados em áreas estratégicas da bacia hidrográfica. Os subprojetos que receberão capacidade técnica de organizações parceiras envolverão o estabelecimento de acordos de gerenciamento; desenvolvimento de planos de negócios e análise de viabilidade envolvendo o setor privado e alternativas de financiamento; cumprimento de requisitos de comercialização; estabelecimento de rotas de comercialização; estratégias de marketing; e fornecimento de infraestrutura ou equipamentos menores, transformação de processamento de valor agregado e assistência técnica.</p>

11. RESULTADOS ESPERADOS

Esperamos que este plano de trabalho e a cooperação técnica entre a SEMA e a WCS Brasil traga a implementação de oportunidades de aprimoramento da política ambiental do Amazonas, na região do Alto Solimões para a conservação da biodiversidade, proteção dos meios de vida, garantias de um desenvolvimento

13. DECLARAÇÃO PROPONENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou em situação de inadimplência com o Tesouro Nacional, Estadual, Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que impeça a celebração de Termo de Cooperação Técnica, na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos
 Pede Deferimento.

Manaus – AM 26 de janeiro de 2023



Assinado de forma digital por Carlos Durigan.
 DN: cn=Carlos Durigan, o=WCS Brasil, ou=WCS Brasil, email=cdurigan@wcs.org, c=BR
 Dados: 2023.02.01 22:16:42 -04'00'

Assinatura do Representante Legal

14. APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

DEFERIDO INDEFERIDO

Manaus – AM 1º de fevereiro de 2023



EDUARDO COSTA TAVEIRA
 Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA

11. RESULTADOS ESPERADOS

socioeconômico em bases sustentáveis na bacia do rio Içá, além de fortalecer as capacidades técnicas e institucionais de órgãos públicos do Amazonas ligados à conservação, proteção ambiental e produção. Os projetos e ações aqui descritos tem alcance regional e internacional apoiando a destacar cada vez mãos o papel do Estado do Amazonas na manutenção da floresta e dos seus recursos.

12. RELAÇÃO DE META/ETAPA E TERRITÓRIOS DE EXECUÇÃO

Meta	Etapa	Unidade de Conservação Estadual	Outros territórios
1	Etapa 1 a 3		Bacia do rio Içá
2	Etapa 1 e 2		Bacia do rio Içá
3	Etapa 1 e 2		Bacia do rio Içá